

## O Brasil do futuro

*TONI, Ana; APPONI, Andrea, MAIA, Luana; GROSSI, Marina; VOIVODIC, Mauricio; BIDERMAN, Rachel: "O Brasil do futuro". Valor Econômico. São Paulo, 20 de agosto de 2019.*

A Semana Regional do Clima da América Latina e do Caribe, que começou ontem em Salvador, demonstrará que o setor empresarial, governos de Estados, cidades e a sociedade civil, no Brasil e em toda América Latina, estão desenvolvendo e implementando soluções inovadoras para combater a mudança do clima. Sem o envolvimento desses atores, para além de Estados nacionais, não teria sido possível firmar o Acordo de Paris, em 2015. Sem eles tampouco será possível transformar o Brasil em um país pautado em um desenvolvimento de baixo carbono, que gere emprego, renda, reduza a desigualdade e valorize nossa biodiversidade.

A discussão extrapola questões ambientais e envolve sobretudo economia e qualidade de vida. Diversos países e regiões estão aproveitando as vantagens dessa nova economia, como a União Europeia, a China e o Chile, que têm apostado alto em geração de energia limpa e em produtos e serviços de baixo carbono como parte de suas políticas industriais e pautas de exportação.

Há muitas evidências de avanço na agenda do clima no Brasil. Iniciativas como o C40, Iclei, Regions4 e CB27 vêm crescendo e cada vez mais integrando gestores públicos para debater soluções e casos de sucesso na adaptação dos espaços públicos e economias regionais e locais aos desafios e oportunidades que os impactos da mudança do clima provocam.

O papel do setor privado nessa agenda também não é trivial. Os dados mais recentes do Programa Brasileiro GHG Protocol mostram que as emissões de gases de efeito estufa relatadas por empresas brasileiras superam as emissões de 144 países entre os signatários do Acordo de Paris. A boa notícia é que o setor empresarial brasileiro entende sua capacidade de liderar mudanças e vem investindo na transição para tecnologias de baixo carbono, apesar da crise.

A própria cultura de relato de emissões mostra isso, já que é o primeiro passo para gerir o impacto e buscar soluções. De acordo com dados do CEBDS, empresas brasileiras já investiram mais de US\$ 85 bilhões nos últimos anos em projetos de eficiência energética e mudança para fontes energéticas menos emissoras, além de otimização de processos. Parte importante do agronegócio responsável pelo PIB vem se empenhando cada vez mais em produzir sem reduzir a cobertura florestal nativa, e se comprometendo a trabalhar com diferentes setores da sociedade para melhor cumprirem o Código Florestal e pensar o uso da terra e dos recursos naturais do país. O setor privado aposta no caminho para a economia de baixo carbono porque é bom para os negócios.

Se as evidências científicas nos demonstram cabalmente que é preciso agir rápido para lidar com esses desafios, a economia torna cada vez mais evidentes os riscos e as oportunidades da agenda climática. Estudo publicado na Nature Climate Change em 2018 mostra que o Brasil pode ser a quarta economia global mais prejudicada pelo aumento da emissão de CO<sub>2</sub> e efeitos da mudança do clima. As mudanças climáticas afetarão principalmente a agropecuária brasileira, conforme ficou

comprovado no estudo do IPCC publicado na semana passada. Assim, adotar ações imediatas seria também uma estratégia em prol do crescimento econômico e do bem-estar em longo prazo.

Nesse cenário, um país como o Brasil, com a maior floresta tropical do planeta, que também é a maior reserva de biodiversidade da terra, diversidade cultural e inúmeras possibilidades de produção sustentável, apresenta significativas vantagens comparativas. Se adotarmos um modelo de desenvolvimento baseado em tecnologias, infraestrutura e serviços sustentáveis, aliado ao uso estratégico de ativos naturais, será possível criar mais e melhores empregos em setores como energia limpa, agroflorestal, bioeconomia, agricultura e fornecimento de alimentos, com investimento em tecnologia e redução de desperdícios, e melhorar a qualidade e a eficiência de serviços como mobilidade urbana e transporte de carga.

Com uma economia voltada à redução de emissões, que considere também incentivos de mercado e mecanismos de precificação de carbono, será possível incentivar que setores menos intensivos em emissões prosperem mais rapidamente e os mais intensivos percam o interesse dos investidores, como já vem sendo sinalizado pelo mercado.

O Fórum Econômico Mundial já aponta há alguns anos no seu Relatório Anual de Riscos Globais que a mudança global do clima está no topo das preocupações de investidores, pesquisadores e tomadores de decisão. Os efeitos do aumento da temperatura média do planeta podem agravar desafios de infraestrutura e levar a instabilidades sociais e conflitos, além de crises econômicas.

Lidar com a urgência climática apontada pela ciência demanda responsabilidade e respeito para com as próximas gerações. Os jovens já vêm exigindo soluções imediatas para garantir-lhes um futuro próspero, com acesso a um meio ambiente saudável, melhor qualidade de vida e menores riscos econômicos. É uma agenda do presente e é urgente. Ao investir em opções de baixo carbono e em sistemas de monitoramento para a eliminação do desmatamento, uma agricultura com menos emissões e formas limpas de energia, o Brasil tem a possibilidade de se tornar um dos líderes de uma nova economia com benefícios para toda a população.

É essencial adotar medidas para tornar a economia brasileira menos intensiva em carbono sem perder em competitividade, garantindo transparência de dados e de decisões, um apoio contínuo e estruturante ao desenvolvimento científico do país e à participação democrática da sociedade brasileira nas escolhas sobre a forma de desenvolvimento que queremos.

**Ana Toni é diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS).**

**Andrea Apponi é diretora-executiva do Instituto Arapyáú.**

**Luana Maia é coordenadora executiva da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura.**

**Marina Grossi é presidente do CEBDS.**

**Mauricio Voivodic é diretor-executivo do WWF-Brasil**

**Rachel Biderman é diretora-executiva do WRI Brasil**